

## CIDADES: TEORIAS E GRAFIAS

Leno José Barata Souza<sup>59</sup>

Artigo recebido em: 30/10/2016

Artigo aceito em: 22/11/2016

### Resumo:

O artigo busca repensar alguns conceitos e historicidades sobre o tema cidade, confrontando inicialmente ideias próprias com a de alguns autores clássicos que estudam tal temática e que será discutida aqui como uma experiência social e uma problemática política, postas cotidianamente em debate por diferentes modos de vida que se encontram e se desafiam. Assim, nos valendo de fontes jornalísticas e, sobretudo orais, propomos para o aprofundamento sobre o tema as desconhecidas experiências culturais, urbanas e econômicas da “cidade flutuante” de Manaus que, entre a década de 1920 e 1967, tomou quase todas as águas do litoral da capital amazonense, se tornando uma das mais impactantes e originais expressões urbanas.

**Palavras-chaves:** Cidade; Manaus; Cidade Flutuante.

---

<sup>59</sup> Pós-doutor em História pela Universidade de Veneza Ca' Foscari; Professor titular da Faculdade Sumaré-SP. Link para o Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2909398134411127>.

**Abstract:**

The article seeks to rethink some concepts and historicities on the subject city, initially confronting own ideas with some classic authors who study this issue and will be discussed here as a social experience and a problematic policy, put daily debate by different ways of life that meet and challenge. Thus, the worth of journalistic sources and especially oral, we propose to deepen on the subject unknown cultural, urban and economic experiences of the "floating city" of Manaus that between the 1920s and 1967, took almost all the waters of coast of amazonense capital, becoming one of the most striking and original urban expressions.

**Keywords:** City; Manaus; Floating City.

\* \* \*

**Cidade é isso!**

Tema espinhoso que historiadores, sociólogos, geógrafos e outros cientistas sociais têm enfrentado nos últimos anos são as questões sobre cidades e cultura urbana. Longe de querermos esgotar o intrigante assunto, mas reconhecendo que ele sempre tangenciou nossos estudos, decidimos confrontar, nos limites desse artigo, algumas de nossas opiniões, teóricas e empíricas, com as de outros estudiosos. Menos do que a busca de conceitos, nos move o abrasamento das inquietações.

Fazendo um exercício de imaginação, as imagens urbanas modernas espelham os gigantes de aço, vidro, luz, néon e impessoalidade. As cidades, como um polvo sempre voraz que a tudo engloba, atingem inexoravelmente a tudo e a todos. Onipresente, ela está aberta a todos os rumos e sentidos; narcisista, cotidianamente transforma seus espaços, reinventa lugares, põe à prova os encontros e, sobretudo, subjuga seus próprios horizontes.

No ideário que se desdobra das cidades contemporâneas pode-se observar uma espécie de “epíteto do caos” codificada pelo filósofo Henri Lefebvre (1973, p. 104) nos seguintes termos: “as ciudades monstruosas, tentaculares, ciudades-moloc”. Tal perspectiva é ainda tributária de um mundo global conectado as “*nets*” multimídias que cotidianamente “bombardeiam” nossos sentidos (MOURA e ULTRAMARI, 1996, p. 07), ou das “megacidades pós-industrial” de Raquel Rolnik (1995, p. 83-84). Tais ideias acabam por cristalizar cenários urbanos estereotipados como Nova York, Tóquio e São Paulo, adestrando, finalmente, as formas urbanas a uma cidade modelo.

Todavia, ao elevar o olhar para além dessas imagens consagradas pela mídia moderna, pode-se discutir o tema por intermédio de outras dimensões históricas, surpreendendo formas urbanas originais – como os da desconhecida “cidade flutuante de Manaus” – e mesmo certa beleza que possa suavizar o aspecto “carrancudo” da cidade de Lefebvre, a midiática de Moura e Ultramari e a exclusivamente capitalista de Rolnik.

Não saberíamos precisar quando e nem porque as cidades foram inventadas e mesmo em obras fundamentais a questão não é esgotada. Pressupomos que a necessidade de proteção tenha sido o sentimento que, inicialmente, moveu alguns humanos, em um determinado contexto histórico, a abandonar sua milenar vida errante para se agruparem em torno do propósito de aumentar suas chances de sobrevivência em um mundo que lhes era, via de regra, hostil e desfavorável.

Sentindo-se mais abrigados, os humanos do neolítico puderam “filosofar” sobre si, os outros e os espaços onde pisavam, agora um mundo de possibilidades, sobre os quais começaram a imprimir marcas próprias, signos culturais que vão das conhecidas pinturas rupestres em cavernas aos primeiros colossos urbanos do “Mundo Antigo”, no Nilo egípcio e no crescente fértil mesopotâmio.

Assim, o espaço gradativamente deixa de ser apenas local de passagem e paragem para se enraizar como uma paisagem social, lugar prenhe de culturas diversas,

necessidade humana de proteção, espaço melhor para se viver e trabalhar. Por esses vieses, as cidades podem representar um potencial exemplo do encontro entre o tempo politizado, carregado, portanto, de disputas e crenças, e o espaço enquanto lugar social, outro dos “punto central” das ideias de Henri Lefebvre para com a relação espaço-tempo:

Hay un **punto central** resultado de nuestros análisis: la **relación entre espacio y tiempo**. Para mí, su importancia es extrema. Se trata de llegar a encontrar la relación entre el espacio y el tiempo según la idea general, o si se prefiere el principio de análisis, de que todo espacio social es un empleo del tiempo. **El espacio es la manifestación de un empleo del tiempo** en una determinada sociedade (LEFEBVRE, 1973, p. 221, grifo nosso).

Relação esta, carregada e mediada por disputas e valores diversos que agem no sentido de transformar o meio em lugar social, território de histórias e memórias. As cidades como a grande invenção humana, redefinidora do espaço-tempo, o “onde” e “quando” os homens puderam potencializar a complexa relação do “eu(s) com o outro(s)”, facultando aos homens um decisivo exercício de alteridade que reinventaria a sua própria humanidade enquanto condição de vidas que se encontram, convivem e se desafiam.

Acreditamos que as cidades possam também responder a duas indagações de Milton Santos: “Como ultrapassar o enunciado gratuito de um tempo unido ao espaço, mediante a relativização de um e de outro?” e “Como traduzir em categorias analíticas essa mistura que faz com que o espaço seja também o tempo e vice-versa?”. Santos, nos trechos seguintes, tentando encontrar os elos dessa corrente comenta: “[...] o ponto de partida é a sociedade humana em processo [...]”, que só se dariam “[...] sobre uma base material: o espaço e seu uso; o tempo e seu uso; a materialidade e suas diversas formas; as ações e suas diversas feições [...]”, o espaço, para Santos, “[...] não existe sem a materialidade” (SANTOS, 2006, p. 50 e 54).

As cidades, de certo, não são a única ligação capaz de unir/interagir tempo e espaço, mas, sem dúvida, é o mais significativo elo que pode vincular aquela “base

material” aos usos do tempo com suas “diversas formas e feições” que, segundo Antonio Arantes, longe de ser um mosaico de vidas inertes e separadas, se anima por intermédio de um palimpsesto social rescrito cotidianamente que, segue Arantes: “É hoje o sítio onde ganham configuração concreta experiências que ao mesmo tempo formam referenciais **espaço-temporais** flexíveis e identidades em processos de constante reconfiguração” (ARANTES, 2000, p.161).

Elas passaram a ser o lugar onde as pessoas puderam experienciar a condição de moradores, trabalhadores, vizinhos, inaugurando um sentido de comunidade, um sentimento de pertencer política e culturalmente a uma mesma coletividade, entre as mais destacadas na história, burguesia que, ao fim do medievo, começou a reconfigurar as cidades como lugar do capital comercial em contraponto ao campo agrário/feudal, redefinindo o conceito de cidadania para além da simples etimologia: morador da cidade, pensado agora como uma questão pública que atravessa os mais diversos e controversos temas como sociedade, economia, política, religião, migração, trabalho e consumo, para ficarmos apenas nos mais emblemáticos pontos sobre cultura urbana.

Outro momento chave que as cidades, como seus lemas e dilemas urbanos passaram a frequentar a pauta das preocupações de historiadores, sociólogos, filósofos e urbanistas foi a última metade do século XIX, quando do caos urbano que grassava no seio das sociedades europeias, fruto das cidades industriais, cujo avanço reconfigurava as noções de espaço, territórios – sobretudo no tocante a relação campo e cidade – e cidadania, aí envolvendo, em maior relevo, as relações do mundo do trabalho como suas nervosas questões de classe. A cidade, por excelência, torna-se o lugar do capital.

Se os homens criaram as cidades, elas, por outro lado, redimensionaram a sua humanidade, matizando identidades históricas, dilemas sociais, questões culturais, embates políticos que, ultrapassando os significados etimológicos, definem a cidade, e sua cultura urbana, como um direito em questão e em aberto, tal como se mostraram

sensíveis os estudos clássicos de (LEFEBVRE, 1991), (WILLIAMS, 1989) e (FENELON (org.) 1999).

Chegar a uma cidade, mais do que vencer seus marcos de pedra, aço e vidro, é principalmente entrar em um tempo não domesticado, um outro tempo. As cidades nunca são integralmente aprendidas a luz das necessidades e vontades de seus moradores, elas dão sempre um jeito de escapar as pesquisas, aos códigos, aos sentidos ou qualquer outro tipo de controle que tente conhecer, quantificar, identificar, domesticar e, mormente, domar seus limites.

Outro ponto inquietante sobre as cidades é que mesmo identificando certa “linha mestra” que as une, qualquer definição se mostra limitada na medida em que elas se manifestam de forma extremamente plural e desigual, esgarçando um leque de projetos e modelos que podem ir das idílico-utópicas, comunidades igualitárias fortalecidas pelo imaginário do século XIX como um contraponto a cidade real e dura do capital, as urbes virtuais-futurísticas pós-década de sessenta, massificada por uma linguagem de ficção científica de filmes como *Blade Runner* (CHOAY, 2005).

Nestes termos, o que anima a trajetória histórica das cidades é uma multiplicidade de formas cartesianas e tortas que mesmo campos multidisciplinares assentados e complexos, como o urbanismo, arquitetura, história e literatura, por exemplo, não conseguiram dimensionar integralmente.

Por outro lado, sobretudo as políticas oficiais nas últimas décadas vêm patrocinando uma série de tentativas de classificá-las, ordená-las, mensurá-las e mesmo, como discutia uma sociologia e psicologia urbana nos anos sessenta e setenta, de lhes instituir “personalidades urbanas” vinculadas as mais diferentes sensibilidades humanas que, de resto, são as grandes animas que dão vivacidade as cidades enquanto pacatas, agitadas, violentas, tranquilas, nervosas, neuróticas, alegres, impessoais (LEDROUT, 1971, p. 168-173). A cidade foi posta no “divã”, de onde não saiu mais tamanho os seus dilemas sociais e suas psicoses incuráveis.

Nos anos quarenta encontramos uma das primeiras “Tentativa de Classificação das Cidades Brasileiras”, como o trabalho foi nomeado. Em que pese os esforços dos organizadores, algumas classificações e conceitos se mostram extremamente pueris ou mesmo cômicos, como os que procuram definir e/ou categorizar “cidade pequena” e “muito pequeninas, às vezes, tão interessantes e tão agradáveis” (SILVA, 1946, p. 283-315).

Em meio a tal arranjo, Manaus, com os seus 110.000 habitantes a época, foi posta no “escaninho” classificatório das cidades médias brasileiras. Nossas reservas, sobretudo teóricas, a estes estudos correm no sentido de que eles procuram dar conta de conjunturas históricas múltiplas e desiguais, exclusivamente por intermédio de índices numéricos.

Buscando superar esses exercícios classificatórios gostaríamos de destacar os importantes estudos de Milton Santos, que também procurou mensurar realidades urbanas, escapando, todavia, de classificações e conceitos unicamente quantitativos, nos oferecendo principalmente a oportunidade de confrontarmos, em nossas discussões sobre cidades, as questões sobre a “cidade flutuante” de Manaus, um fenômeno social e urbano contemporâneo aos estudos de Santos e que nos possibilitou contextualizá-lo em meio a uma história mais geral das urbes brasileiras e latino-americanas a partir da segunda metade do século passado.

A “cidade flutuante” em particular, foi um modelo de ocupação dos espaços fluviais que se avolumou em Manaus a partir do final da década de cinquenta quando vários dos significados culturais, que codificam a existência de uma cidade, vão começar a ser experienciados sobre as águas urbanas da capital, nomeadamente na orla-sul sobre o Rio Negro, “frente da cidade”, e nos igarapés que, a partir do rio, sobem Manaus adentro.

Entre esses significados sobressaem o adensamento de casas flutuantes, o aumento populacional e a dinamização comercial que, além de reconfigurarem o lugar, passam a determinar novas e outras formas de sociabilidades arraigadas a um

cotidiano próprio com uma estrutura de prestação de serviços, atividades comerciais, industriais e culturais ligadas tanto a Manaus em terra, como com o interior do estado, dando formas a uma rede urbana muito próxima das encontradas em qualquer cidade.

Mas em que sentido os estudos de Milton Santos operam em nossas reflexões? Naquele período, o autor – diferente de uma maior corrente de estudos que se interessavam apenas pelas grandes cidades – voltou-se para a discussão sobre um fenômeno urbano que chamou de “cidades locais”, um modelo de ocupação em marcha nos países “subdesenvolvidos” observado a partir de 1950 contemporâneo, portanto, a “cidade flutuante” de Manaus.

A teoria de Milton Santos, de fato, nunca mencionou diretamente a “cidade flutuante” de Manaus, o mais próximo que o autor chegou dessa peculiaridade urbana amazonense foram as suas ideias sobre “[...] as invasões e os alagados de Salvador” ou, em “casos extremos”, com os de Lima e Salvador, “[...] onde bairros muito pobres têm sido construídos com auxílio do lixo urbano, que serve para aterrar e melhorar terrenos alagadiços ou insalubres” (SANTOS, 1965, p. 12-13).

Ainda assim, além da contemporaneidade mencionada, outros fatores nos ajudam aproximar a “cidade flutuante” de Manaus às “cidades locais” de Milton Santos. Não se trata apenas de uma questão de tamanho e demografia, o que mais nos interessa é observar os traços qualitativos que, segundo Santos, são os mais importantes para a definição de uma “cidade local” e que se mostram próximos aos pensados sobre a “cidade flutuante” manauense. Então, ouvimos Milton Santos:

Poderíamos então definir a cidade local como a aglomeração capaz de responder as necessidades vitais mínimas, reais ou criadas, de toda uma população, função esta que implica uma vida de relações (SANTOS, 1982, p. 71).

Sintonizada as ideias acima são as opiniões também do estudioso amazonense Arthur Cezar Ferreira Reis que, em 1965, quando foi governador do Amazonas, pensou a “cidade flutuante” nos seguintes termos:



A “cidade flutuante”, ao contrário das aglomerações urbanas marginais de outras capitais do país, possui uma vida própria, com atividades econômicas de toda ordem, inclusive com prestações de serviços em geral, características as atividades citadinas, além de parte acentuada de habitantes colaborarem na vida do porto (REIS, 1965-1966, p. 86).

Todavia, apesar dessas cumplicidades históricas, a “cidade flutuante” de Manaus tinha particularidades próprias que escapavam as características das “cidades locais” de Milton Santos, uma das mais significativas diz respeito à localização. Se as “cidades locais sempre se acham na periferia do sistema urbano” (SANTOS, 1982, p. 74), a “cidade flutuante”, pelo contrário, nasceu e floresceu em plena área central da capital amazonense, “frente” e principal porta de entrada da cidade.

Por esses vieses, as conhecidas “cidades locais” de Milton Santos e a desconhecida “cidade flutuante” de Artur Reis acabam por fragilizar ou limitar qualquer conceito definitivo sobre cidades que, neste sentido, se mostra fugidio, tênue, aplicável e inteligível apenas a espaços próprios e sociedades específicas, acabando por “implodir” com qualquer modelo teórico geral proposto. É, em síntese, este o sentido que anima as clássicas ideias de Lewis Mumford (1998, p. 9):

Não há definição que se aplique sozinha a todas as suas manifestações nem descrição isolada que cubra todas as suas transformações, desde o núcleo social embrionário até as complexas formas de sua maturidade e a desintegração corporal da sua velhice.

Outro autor renomado, o historiador Raymond Williams (1989, p. 11-12) também negou a relação identitária entre as cidades, preferindo enfatizar os caminhos insuspeitos, tortuosos, intempestivos, mas, sobretudo diferenciados trilhados por cada uma delas, restando-lhes em comum, como uma espécie de “DNA” histórico que as uniria, tão somente o nome “cidade”.

Ainda assim, não seria o nome a construção social que confere os primeiros sentidos e significados a uma identidade, seja ela qual for? Desse modo, ele carrega

uma força histórica significativa que deve ser considerada para além de sistemas, conceitos e senso comum que costumam aprisionar as ideias a uma camisa de força, retirando-lhes justamente o que lhe conferia sentido de existência: “os movimentos históricos” (WILLIAMS, 1979, p. 17-76) <sup>60</sup>.

Os conceitos, segue o professor Williams, representam apenas a ponta de uma lança, cuja trajetória, densa e sinuosa, indicava muito mais para uma questão do que para uma definição, cuja elaboração, como propõe Marcel Roncayolo, é extremamente problemática, “trata-se, pois, duma forma que admite conteúdos variáveis” (RONCAYOLO, 1986, p. 396) como os da “cidade flutuante” de Manaus que, além do mais, destacou-se ainda pela originalidade de suas formas e conteúdos.

Nestes termos, acreditamos desengessar o conceito de cidade, tal como defende Williams, procurando entendê-lo a luz dos “conteúdos variáveis” de Roncayolo, cuja natureza anima um leque histórico aberto no qual se articulam os mais diferentes modos de vidas entrecruzadas por sujeitos históricos diversos que significam a cidade e são por ela resignificados.

Partindo desse nicho teórico mais geral, e menos como um horizonte a ser alcançado e mais como uma estrada a ser trilhada, nos concentraremos agora em uma breve discussão sobre a construção histórica dos flutuantes de Manaus enquanto uma “cidade”, bem como à própria relação/confronto desta com a Manaus, urbe, capital oficial e nominalmente reconhecida.

---

<sup>60</sup> Ainda que o autor não tenha discutido especificamente o conceito de “cidade”, as advertências que faz logo no início da discussão sobre o conceito de “cultura” são sintomáticas no que diz respeito à consciência histórica que devemos ter dos conceitos: “É impossível, portanto, realizar uma análise cultural séria sem chegarmos a uma consciência do próprio conceito: uma consciência que deve ser histórica”. Além de cultura, o autor também discute os conceitos de língua, literatura e ideologia.

## **“Cidade Flutuante”: entre teorias e grafias**

Manaus, enquanto categoria de cidade, centro que coaduna os grandes interesses políticos, econômicos e culturais de uma região, capital oficial de uma unidade da federação, não motiva nenhuma dúvida. O mesmo não se aplica a chamada “cidade flutuante”, pelo contrário, explicações se mostram necessárias no sentido de refletirmos sobre os conceitos e significados do termo “cidade flutuante”, algo que nem as próprias aspas dariam conta de relativizar ou dimensionar.

Se partirmos de princípios oficiais básicos que respaldam a burocracia administrativa inerente a qualquer cidade com governantes próprios, casas legislativas e judiciárias independentes, limites geográficos conhecidos e reconhecidos, malha urbana inteligível, com suas leis e posturas oficiais, de fato, a “cidade flutuante” não pode ser tomada como uma cidade.

Então onde podemos encontrar os sentidos históricos que batizaram e reconheceram, a partir da década de cinquenta, as moradias flutuantes sobre as águas do Rio Negro e igarapés de Manaus como uma “cidade”? Talvez para além das diretrizes políticas que codificam as cidades oficiais, atingindo os matizes socioculturais dos moradores locais que criaram e massificaram a construção do termo “cidade flutuante”.

A “cidade flutuante” de Manaus, tal como a maioria das cidades reconhecidas, não nasceu cidade e também se iniciou de forma muito tímida, não passando de um punhado de casas de madeira, cobertas de palha dispersas, habitadas a maioria das vezes sazonalmente por uma rarefeita população que, sobretudo depois da derrocada da indústria da borracha nos anos vinte, começou com suas habitações sobre as águas a interagir com a paisagem urbana da capital na qual ainda não passavam de pontos isolados e pouco perceptíveis.

A construção do termo “cidade flutuante” somente vai ser encontrado depois da Segunda Guerra, quando alguns dos significados sócio-políticos, que respaldam a

existência de uma cidade, vão começar a ser experienciados para além dos limites terrestres de Manaus, na forma do adensamento de casas flutuantes sobre as águas do Rio Negro e igarapés da cidade, do aumento populacional, dinamização comercial que, além de transformarem os espaços, passam a determinar novas relações de vizinhança, políticas, trabalhos, serviços e negócios.

Até então o que prevalecia nas fontes impressas e orais era o termo genérico “os flutuantes”, sua condição de “cidade” ainda estava por ser difundida. No entanto, a cumplicidade das fontes termina aí, se para as fontes impressas esse futuro se estendeu até 1966/67 quando a destruição das casas flutuantes é noticiada como o fim da “cidade flutuante”, para as narrativas orais a linha é mais estreita, nelas os flutuantes assumem a condição de cidade já na década de cinquenta.

JM, um de nossos entrevistados, de 71 anos, vendedor do Mercado Central desde 1948, manteve uma constante relação comercial com a “cidade flutuante” que se lembrou desde a sua infância. Porém, indagado sobre a partir de qual momento as aglomerações flutuantes se adensaram sobre as águas de Manaus, assumindo formas de cidade, ele, tentando organizar suas lembranças, recorreu ao marco histórico da Segunda Guerra, para a partir daí relatar: “[...] é porque a Segunda Guerra foi em 44 e eu vim pra cá em 48, ela (cidade flutuante) deve ter surgido na faixa de 50/52”. Mesmo depois da nossa insistência de remontar a “cidade flutuante” há tempos mais antigos, JM, em tom já bastante impaciente, sentenciou: “Não! Existia assim no meio do rio e tal, agora isso aí (a “cidade flutuante”) eu não sei, iniciativa de quem que expandiu [...]”(Entrevista, Manaus, 03/08/2005).<sup>61</sup>

O senhor João Cesário da Silva, morador, desde 1955, às margens do Igarapé dos Educandos, no momento em que estávamos explicando as razões da entrevista, tentando, “desesperadamente” sustentar um diálogo que nos escapava, para a nossa sorte, interferiu:

---

<sup>61</sup> O entrevistado nos autorizou apenas a veiculação das iniciais JM de seu nome.

Não! Em 1920 já tinha flutuante, até no ano em que eu nasci (1931) já existia flutuante, mas era alguns, era raro de se vê. Aí o pessoal foram achando importante aquela moradia em cima d'água e foram fazendo né, e foi aumentando devagar, aí começou a ter vários por aí. Depois foi que inventaram de botar aí na frente da cidade (de Manaus) porque encostava muito motor de recreio, esses motor que transporta gente pro interior, que trás produto e tudo pra vender e eles acharam por bem botar (flutuantes) aí, por que ali era um ponto melhor pra eles e ali foi aumentando (Entrevista, Manaus, 17/06/2005).

A “cidade flutuante” lembrada por João Cesário segue uma cadencia lenta de formação, do “era alguns, era raro se vê” flutuantes, ao “ali foi aumentando”, sobre as águas do Rio Negro no centro de Manaus. Crescimento patrocinado pela dinamização das atividades de negócios e serviços sobre as águas fluviais da capital.

A luz das reminiscências de João Cesário, os flutuantes foram ganhando foros de “cidade” quando começaram a concentrar nos seus domínios uma gama de atividades típicas da Manaus em terra na qual ele era morador e trabalhador em sua oficina de barcos. Segundo nos contou, para além da margem de seu quintal, nas águas do igarapé, proliferavam “[...] flutuante de moradia, flutuante de comércio, de quase todo o tipo de comércio, estiva, ferragem, restaurante, gabinete de dentista, consultório médico, drogarias, oficinas mecânicas de conserto de motor marítimo, tinha tudo” (Entrevista, Manaus, 27/09/2008), ou seja, tudo que tinha na Manaus em terra, também era encontrado na Manaus flutuante, a caminho de se transformar em uma “cidade”.

Outro narrador, Mario dos Santos, irmão caçula de João Cesário, nascido em 1942 e morador de flutuante entre 1955 e 1959, também sustentou a equidade das duas cidades. Suas lembranças também são mediadas pela analogia entre a cidade oficial em terra e a cidade oficiosa na água: “Olha, na cidade flutuante existia de tudo que se pode imaginar, todo o tipo de atividade que tinha em terra também tinha na cidade flutuante” (Entrevista, Manaus, 17/06/2005), inclusive me asseverou o entrevistado, o meretrício, cujas atividades sempre foram comuns pelos entornos

portuários de qualquer cidade e, nestes termos, a “cidade flutuante” era estratégica e atrativa.

Outra entrevista que também repõe o lento compasso de formação da “cidade flutuante” foi a que tive com o arquiteto João Bosco Chamma, descendente de imigrantes árabes e pertencente a uma tradicional classe média de comerciantes de Manaus. João, hoje um renomado arquiteto de Manaus, nasceu em 1954, portanto, conviveu em sua meninice com a “cidade flutuante” que, para ele, não passava de um território propício para suas aventuras e fantasias infantis.

Portanto, não fomos nada felizes em nossa pergunta sobre já ser corriqueiro, ou não, o uso do termo “cidade flutuante” em sua época. O que um assunto, tão técnico, poderia interessar ao menino de antes que, no fim da “cidade flutuante”, em 1967, ainda não contava com treze anos de idade.

Achamos que, querendo escapar a situação delicada que nós mesmos criamos, João Bosco iria trazer à baila seus conhecimentos de arquitetura e a partir daí desfiar uma aula sobre cidade, formas urbanas, urbanização, conceitos, limites, planejamentos, plantas, um arsenal teórico no qual é bem mais versado do que nós e que também não era o foco de nossa conversa.

O que nos interessava eram as memórias do homem lembrando o menino de quarenta anos atrás e, para a nossa grata surpresa e alívio, foi isso que sobressaiu. João Bosco, nesse ponto da conversa, ao lembrar-se de suas peripécias nos espaços flutuantes, reconta diálogos em que se flagra a concepção de “cidade” para os flutuantes já arraigada na sociedade local no início dos anos sessenta:

Era cidade flutuante, eu era pequeno, eu me lembro que quando eu caí nessa, que eu cheguei em casa, eu devia ter uns oito anos (1962), eu chegava, a minha irmã: ‘tu caiu na cidade, tu foi pra cidade flutuante’, ela falava: ‘tu foi pra cidade flutuante, tu tá molhado né’, porque eu caí n’água [...] (Entrevista, Manaus, 28/07/2005).

A luz das lembranças dos entrevistados acima, todos antigos moradores de Manaus, pudemos perceber o compasso da mudança de conceitos, de flutuantes da cidade para “cidade flutuante”, filigranas de memórias particulares, nas quais se capta a gradativa construção do termo e do conceito de “cidade flutuante”.

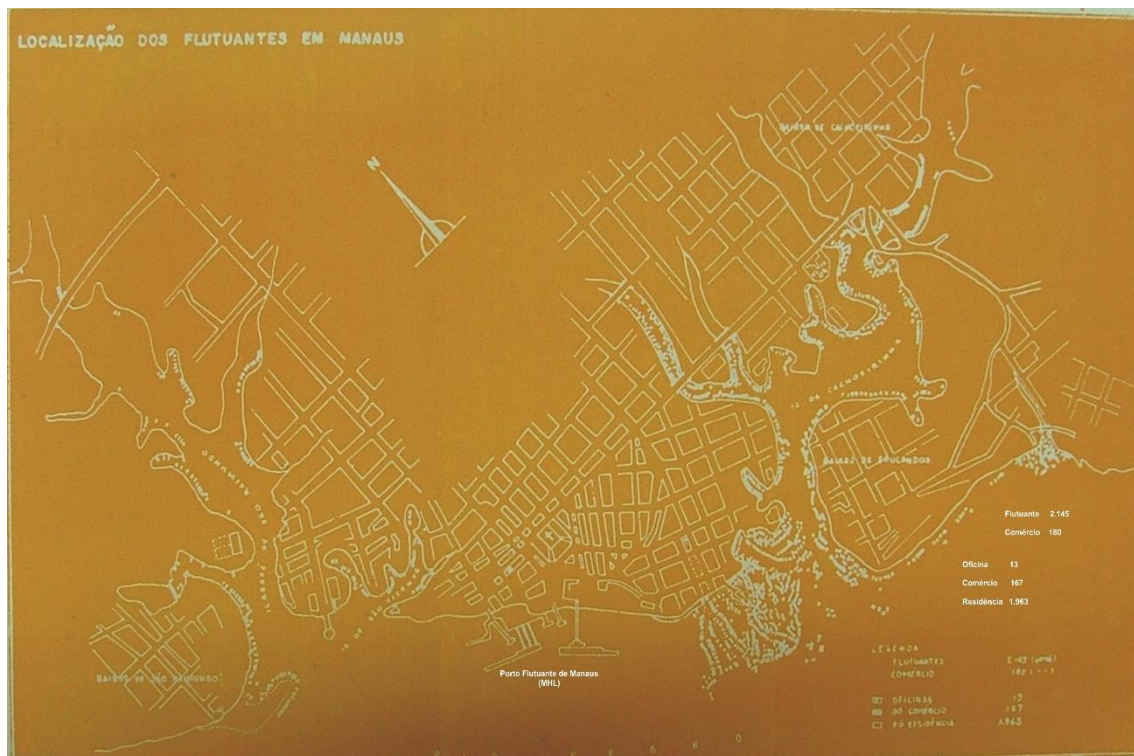
No discurso impresso, por sua vez, a terminologia de cidade para os flutuantes apareceria de chofre. Apenas para celebrar sua destruição foi que os flutuantes de Manaus foram elevados pela imprensa local à categoria de cidade. Assim, para os jornais de Manaus, os flutuantes “viram” cidade, justamente quando quase não existiam mais pelas águas da capital em uma clara indicação de que a súbita mudança de conceito foi utilizada não para reconhecer os flutuantes enquanto cidade, mas para justificar, frente a sua dimensão demográfica que no início dos anos sessenta chegou a mais de 12 mil moradores em cerca de 2 mil casas flutuantes e geográfica quando ocupou quase toda a orla sul no Rio Negro e as bocas dos igarapés da urbe, a própria destruição da cidade sobra as águas a partir de 1964.

O jornal A Crítica, por exemplo, dois anos antes da destruição definitiva, em 1967, já anunciava o futuro sombrio das casas sobre as águas: “Capitania dos Portos Demolirá Casas Comerciais ‘CIDADE FLUTUANTE’” (A Crítica, 16.11.1965, grifo do jornal). Em janeiro de 1966, seu confrade, o Jornal do Comércio, também parabenizou as autoridades com a seguinte manchete: “CAPITANIA DOS PORTOS CONCLUE A CAMPANHA DE EXTINCAO DA CIDADE FLUTUANTE: EXITO” (Jornal do Comércio, 06.01.1966, grifo do jornal) e ainda demoraria mais de um ano para que os desejos daqueles jornalistas se realizassem plenamente.

Por esta época, a “cidade flutuante” não lembrava mais as dispersas casas flutuantes com poucos moradores que, até o fim da década de 40, se espalhavam pelo complexo fluvial da cidade. Ela vivenciava uma expansão territorial, demográfica e econômica, capitaneada, sobretudo, pelo desenvolvimento comercial dos mais variados negócios, todos localizados em grandes empórios flutuantes nas margens do Rio Negro como projeta o mapa abaixo:



Mapa 1: **Localização dos Flutuantes em Manaus**



Fonte: SERRA e CRUZ, 1964, p. s/n

Estudos demográficos ou qualquer outro censo sobre a “cidade flutuante” só foram verificados a partir da década de 60, quando algumas pesquisas encomendadas pelas secretarias oficiais do estado procuraram por referências estatísticas da “cidade” sobre as águas. O que prevalecia até então era a pouca atenção das autoridades que, como informa o primeiro destes levantamentos, nunca tiveram nenhuma “[...] ideia da quantidade nem da época em que surgiram os flutuantes em Manaus” (SERRA e CRUZ, 1964, p. 21).

Neste momento, as incríveis dimensões territoriais e demográficas dos flutuantes de Manaus se transformaram em um fenômeno urbano e uma problemática social para os governantes em que o título: “cidade flutuante”, cada vez mais conhecido e reconhecido, é o índice histórico mais emblemático. Diante desta nova



realidade alguns poucos levantamentos oficiais começaram a ser feitos, visando melhor conhecer o “problema” para, em seguida, dar conta da sua “resolução” materializada na sua completa destruição em 1967.

Ainda assim, conseguimos organizar alguns dados estatísticos oficiais sobre a “cidade flutuante” que otimizamos no quadro abaixo:

**Quadro 1: Censo Demográfico da Cidade Flutuante e de Manaus**

Ano	Cidade Flutuante		Manaus
	Nº Flutuantes	Nº Moradores	População Total
1961	1.389	-	-
1964	2.145	9.788	-
1966	1.950	11.400	226.410

Fonte: SALAZAR, 1985, p. 77; SERRA e CRUZ, 1964, p. 37 e 41; LENZ, 1966, p. 07 e Revista da CODEAMA, mai/1966.

Infelizmente, para 1961 as autoridades precisaram apenas o número de casas flutuantes, as quais, em apenas três anos, sofreram um aumento de mais de 35% ou 756 novas casas flutuantes nas águas de Manaus. Se em 1966 a diminuição do número de casas já é um reflexo do processo de destruição da “cidade flutuante”, capitaneada pelo governador Arthur Cezar Ferreira Reis, o pequeno decréscimo das construções é compensado pelo aumento, em menos de dois anos, de 14% na quantidade de moradores da “cidade flutuante”.

Nas conversas com nossos entrevistados também pudemos recuperar particulares projeções estatísticas e que também dão a conhecer seus antigos espaços de moradia, trabalho e lazer. Mário dos Santos estimou para a “cidade flutuante” “uma

população aí de seus 20 poucas mil pessoas”, números não muito distantes dos oficialmente levantados (Entrevista, Manaus, 17/06/2005).

É preciso considerar que Mário, ao contrário da maioria dos depoentes, além de possuir formação acadêmica (ele é psicólogo), é um grande curioso dos assuntos amazônicos. As próprias questões urbanas, especialmente nos anos setenta e oitenta, passaram a ser assuntos obrigatórios no campo da psicologia, área do conhecimento na qual Mário, além de professor, até hoje trabalha.

João Bosco Chamma, que nunca foi morador de flutuante, mas tinha na “cidade” sobre as águas significava o parque a céu aberto de suas brincadeiras infantis, ao longo da entrevista, também não se furtou a mensurações demográficas próprias da “cidade flutuante” que, segundo ele, “chegou a ter 10.000 pessoas morando” (Entrevista, Manaus, 28/06/2005), dado mais próximo ainda aos oficiais.

Provavelmente, suas deduções estatísticas reflitam mais as experiências do conhecido arquiteto da atual Manaus, tanto que logo em seguida relembra que naquela época “[...] eu era pequeno, não era ligado [...]” (Entrevista, Manaus, 28/06/2005) nestas questões demográficas que acabávamos de lhe perguntar.

Em meio à vida de outros entrevistados, sem os mesmos refinamentos estatísticos de Mário dos Santos e Bosco Chamma, também pudemos captar outras importantes apreensões da “cidade flutuante”. Creuza de Andrade com exatos 70 anos de idade, moradora da “cidade flutuante” entre 1962 e 1966, a dimensiona a partir do momento em que foi obrigada a deixá-la, lembrando que o processo de retirada das famílias, ao contrário do que imaginávamos, foi longo e lento.

Para ela, as grandes dimensões da “cidade flutuante” são estimadas por este ritmo compassado da saída dos moradores, sobretudo dos seus muitos vizinhos, haja vista ser, segundo as projeções de Creuza de Andrade, “muita gente, pelo amor de Deus! Era muita gente e tudo, nós fomos quase os últimos, da metade pra nós é que ficaram, nós saímos é assim” (Entrevista, Manaus, 15/03/2008).

Para Francisca da Silva (nascida em 1913) e seu filho Francisco da Silva (nascido em 1949) que chegaram a “cidade flutuante” em 1964, a própria Manaus se confundia com a “cidade flutuante”, onde moraram apenas por um breve período. Se para ela, todos os moradores da capital “moravam era na água mesmo, é tudo era no flutuante; tudo era água”, para o seu filho, com quatorze anos a época, a Manaus em que aportou o impressionou por ser toda flutuante: “[...] *igbã!* Era flutuante, a cidade era toda flutuante (...) não tinha casa palafita não, tudo era flutuante, tudo ali era flutuante naquela época” (Entrevista, Manaus, 15/01/2008).

João Cesário, de sua casa e de sua oficina de barcos nas margens do igarapé dos Educandos, sempre andou muito por Manaus, tanto para fazer compras no Mercado do Centro quanto por conta de resolver as burocracias de sua oficina junto a Capitania dos Portos. Quando perguntamos sobre as dimensões da “cidade flutuante”, ele a retoma também em meio a uma destas rotineiras andanças que fazia pela cidade de Manaus, em cujo caminho, os flutuantes à medida que não paravam de aumentar, foram se tornando uma paisagem e uma passagem obrigatória:

Mas isso (cidade flutuante) era só mais ali na frente da igreja dos Remédios, naquela margem ali (do rio Negro) ía aumentando assim lá pro meio do rio, porque nas partes laterais já não tinha mais pra onde botar (casa flutuante) iam botando pro meio do rio, tanto que a gente andava, mais ou menos assim, eu calculo assim uns 150 metros da beira até o último flutuante, era muito grande, chegou a ter, mais ou menos, uns 850 flutuantes ali na frente da igreja dos Remédios; fora os que estavam dentro dos igarapés, na margem do rio Negro, ali pra baixo, porque nos igarapés tinham vários, tinham muitos flutuantes também (Entrevista, Manaus 17 de junho de 2005).

Outro entrevistado é o antigo comerciante da cidade Renato Chamma (tio de Bosco Chamma) e nascido em 1930. Ele também não foi morador de flutuante, mas acompanhou de perto o crescimento da “cidade flutuante” a partir das casas comerciais que sempre teve na orla central, frente de Manaus. Para dimensionar a “cidade” ele retoma antigas imagens da capital e, especialmente alguns cartões postais que exibia ao longo das nossas entrevistas.

Um destes postais trazia a imagem da “cidade flutuante”, ou melhor, de um trecho dela que, como enfatizou Renato Chamma com o postal em mãos, “estas fotos aí é só a metade, tem o total não” (Entrevista, Manaus, 30/08/2005), alcançado pela “cidade” sobre as águas do Rio Negro e igarapés de Manaus.

A seguir, o postal de Renato Chamma que eu já conhecia e há tempos também o possuía, mas que sob a luz de suas narrativas foi ganhando novos focos e perspectivas que nos aproxima das dimensões e formas conferidas a “cidade flutuante” pelos seus moradores no início dos anos sessenta:

#### **Vista aérea da “cidade flutuante” de Manaus**



Fonte: Postal de Manaus (*circa* 1964) do Arquivo Particular do Professor Dr. Otoni M. de Mesquita.

A “cidade flutuante” nas águas do Rio Negro no centro e frente de Manaus, retratada na imagem, como nos contou Renato Chamma, ainda transbordava as margens do postal, tomando quase toda a orla urbana de Manaus. Um território social

que, por intermédio das casas e ruas construídas pelos moradores, não parava de redesenhar as fronteiras líquidas, oficialmente traçadas para a cidade de Manaus.

E não era apenas a força demográfica e territorial que sustentavam os flutuantes manauenses enquanto uma “cidade” incrustada a Manaus. Ainda tinha o seu expressivo poderio econômico, o qual, frente a um Estado em graves dificuldades econômicas desde a derrocada das exportações de borracha nos anos vinte, se tornava mais significativo ainda.

Se até meados de 1950 prevaleceram na “cidade flutuante” apenas pequenos comércios negociando sobretudo com os gêneros agrícolas cultivados no interior do Estado, a partir de então, vão se consolidando os grandes flutuantes de comércio que, em 1964, chegariam a um total de 182. Número este, podendo ser maior ainda, “[...] se considerarmos que mesmo (alguns) flutuantes residenciais possuem uma pequena venda de café, banana, refeições” (SERRA e CRUZ, 1964, p. 25).

Os flutuantes que antes serviam basicamente de ancoradouros para a venda de comestíveis em uma extensão dos negócios das feiras e Mercado Central, passando em seguida a serem usados também como locais de vendas de gêneros e pequenos restaurantes de comidas, quase ao final da década de cinquenta, começaram a negociar com os cobiçados produtos extrativistas do estado como a borracha, a castanha, a juta, couros e peles animais.

A marcante presença dos grandes comerciantes também se fez sentir em meio às narrativas orais. Para os nossos entrevistados, recuperar trajetórias de sucessos e riquezas de famílias de posses da “cidade flutuante” serviu, principalmente, para revestir o seu antigo local de moradia e trabalhos de deferências e prestígios; território de fortunas acumuladas que, a partir da “cidade flutuante”, se perpetuaram até os dias de hoje, ajudando no próprio desenvolvimento da cidade de Manaus, desvinculando a “cidade flutuante” de uma tradição impressa e de uma memória hegemônica, nas quais ela é destacada apenas como reduto de pessoas miseráveis, desocupadas e

perigosas, reafirmando, finalmente o status de “cidade” para o território dos flutuantes de Manaus.

Um dos armazéns flutuantes da família Assayag, por exemplo, se tornaria à Casa do Óleo, a principal rede de supermercados de Manaus até o início deste século. JM foi quem nos contou, em tom de advertência e reverência sobre os Assayag e ainda lembrou-se da fábrica de gelo flutuante da família dos Alcântara.

Outras notórias famílias da Manaus atual, como os “Cordeiros” e os “Santana”, segundo outro ex-morador de flutuante (1949-1961) Vivaldo Correa, nascido em 1935 na ilha do Manaquiri, interior do Amazonas, “tinha também comércio deles, era na cidade flutuante tudo é daquela época”. A “Casa Anjo”, ainda uma das principais em Manaus na venda de material de construção, concluiu Vivaldo, começou na “cidade flutuante” (Entrevista, Manaus 20/11/2009).

Creuza de Andrade recordou a família Pinheiro que “[...] tinha um flutuante grande de depósito de mercadoria, disso, daquilo [...]” (Entrevista, Manaus 12/11/2008), onde recebiam variados produtos, negociando-os em seguida com o Mercado Central. Francisca Malta, imigrante nordestina chegada a Manaus em 1943 aos 06 anos de idade e moradora da “cidade flutuante” a partir de 1958 e Vivaldo Correa, nos contaram, com riqueza de detalhes, sobre a fortuna amealhada pelos irmãos cearenses Arqueiro de Paiva.

Tratava-se de três irmãos que permaneceram na cidade após o fim das políticas de incentivos dos Acordos de Washington,<sup>62</sup> “Zequinha”, Raimundo e Ivan. Eles, narrou Francisca Malta, passaram a investir no comércio da orla litorânea do Centro, nos arredores de uma “cidade flutuante” em expansão (Entrevista, Manaus, 15/03/2006). Segundo Vivaldo Correa, “os três irmãos vieram do Ceará sem nada; aí

---

<sup>62</sup> Trata-se dos acordos da Segunda Guerra assinados entre EUA e Brasil, no qual o Amazonas voltou a fornecer borracha para os aliados. Produto este controlado pelos japoneses que tomaram as colônias inglesas na Ásia grandes produtoras de borracha e material importante para a produção de equipamentos bélicos. Neste curto período (1942-1946) aconteceu um breve ressurgimento econômico da borracha amazonense, motivando um significativo aumento de imigração para a Amazônia, sobretudo, mais uma vez, do nordeste brasileiro.



começaram a vender roupa ali na frente do Mercado, na praia, botavam aqueles montes de corte; aí saía vendendo pro pessoal do interior, que chegava do interior” (Entrevistas, Manaus, 01/10/2008).

João Cesário fez alguns barcos, “para um cidadão que tinha flutuante ancorado ali na frente, que era comprador de juta, de borracha”; lembrou-se ainda que o mesmo “cidadão” comprou um flutuante feito no interior, rebocando-o em seguida para as águas do rio Negro na frente de Manaus. Esse flutuante era tão grande que, segundo João, pegava “[...] 300 toneladas de peso em cima dele [...]”, comprando, armazenando e negociando “[...] juta, borracha, pirarucu, couro de jacaré, essa coisa toda [...]” que, como explicou, já tinha compradores certos em Manaus, “a juta era na Brasil-Juta (fábrica local), os couros de jacaré era geralmente pra esses curtumes que tinha, pirarucu vendia pra esses comerciantes que exportava pirarucu e assim por diante” (Entrevista, Manaus, 27/11/2008).

Outro grande comerciante da “cidade flutuante”, lembrado por vários entrevistados, foi o chamado “Paraíba”. Seu nome nunca conseguimos descobrir, sua trajetória muito menos, podendo, partindo do apelido, se tratar de um nordestino, entre tantos vindos para Manaus nas levas da década de quarenta, fixando-se na capital e, à exemplo dos Arqueiros de Paiva, também começou a vender miudezas na praia do Mercado, adquirindo em seguida um flutuante de comércio nas águas vizinhas onde prosperou na venda tanto de estivas e comestíveis, como dos gêneros de exportação.

De qualquer forma, bastava perguntar pelo Paraíba e todos sabiam de quem se tratava na “cidade flutuante”. “tinha o flutuante do ‘Paraíba’ que era um grande comércio aqui na frente, bem na frente da cidade, era um dos maiores comerciantes”, enfatizou Mário dos Santos que conheceu o flutuante do “Paraíba” principalmente porque era lá que ele tomava os barcos com destino ao interior onde nasceu (Entrevista, Manaus, 17/06/2005).

Na década de sessenta, alguns comerciantes da “cidade flutuante” foram sendo arrolados pelas burocracias fiscais do governo que, não podendo conter o avanço da “cidade flutuante”, procurou retirar qualquer quinhão dos mais de “Um Bilhão de Cruzeiros” que, segundo Serra e Cruz, representavam a movimentação comercial da “cidade”, apenas para o primeiro semestre de 1964, rendendo as receitas do Estado quase 53 milhões de cruzeiros (SERRA e CRUZ, 1964, p.32).

Mesmo considerando a fragilidade desses números frente a um comércio que escapava a um controle oficial e que cálculos superlativos, comuns nestas pesquisas, estavam mais a serviço das justificativas de destruição da “cidade flutuante”, eles não deixam de sinalizar a força econômica destes comerciantes do lugar como o “Paraíba”, “os Cordeiros”, “os Nobres” e “os Assayag”, sublinhados nas narrativas orais como expressão de riquezas e prestígios do lugar, cada vez mais pensado como uma “cidade” reclamada pelos mais diferentes moradores de Manaus, como alguns dos nossos entrevistados.

### **Conclusão: a “cidade flutuante” culturalmente grafada**

Morar para os moradores da região Amazônica, especialmente para o caboclo ribeirinho do interior, significa principalmente estar em contato íntimo com a água que lhe serve não somente para saciar sua sede e matar sua fome, mas representa ainda sua estrada, seus chão, seu trabalho, seu elemento mediador com o mundo e sua identidade enquanto sujeito histórico.

No Amazonas, sempre foram comuns as migrações, sazonais ou definitivas, entre o interior e a capital. Esses migrantes ribeirinhos, ao aportar na capital traziam consigo toda essa milenar bagagem cultural fortemente marcada pela relação com as águas e umas das mais vigorosas expressões dessa cultura em Manaus seria a própria construção da “cidade flutuante”, onde vários desses ribeirinhos poderiam continuar



dando vazão aos seus modos de morar, trabalhar e viver, nos quais a interação com as águas representa um dos elementos culturais mais significativos.

Por esses vieses, a força dos flutuantes de Manaus, enquanto uma cidade propriamente dita, não se mede apenas pela sua impactante demografia ou pela sua relevância econômica, mas revela-se ainda por uma força cultural, própria da região amazônica, da qual aqueles caboclos ribeirinhos sempre foram os maiores portadores e produtores, procurando, por intermédio de experiências específicas, como as moradias flutuantes, reclamar seu direito à cidade de Manaus.

Assim, retomamos às consagradas ideias de Raymond Williams sobre “campo e cidade”, das quais é estratégico para nossas reflexões o seguinte trecho: “A vida do campo e da cidade é móvel e presente: move-se ao longo do tempo, através da história de uma família e um povo; move-se em sentimentos e ideias, através de uma rede de relacionamentos e decisões” (WILLIAMS, 1989, p.19) como as tomadas por muitos dos ribeirinhos amazonenses, recém-chegados a Manaus, entre os quais alguns dos entrevistados cujas variadas experiências começaram, como apregoa Williams, a se movimentar e a se entrelaçar no interior da urbe.

É também recorrendo a experiências próprias do poeta amazonense Thiago de Mello que, como tantos outros, também aportou com a família na capital amazonense na década de vinte, “a força de toda uma vivência interiorana, que chegava e se manifestava na vida da capital” (MELLO, 1984, p.30).

Reflete-se ainda a luz das ideias do “*continuum*” entre “cidade e zona rural” de Alessandro Portelli. Estudando um caso específico, Portelli percebeu as influências e choques dos mais variados modos de vida experimentados a partir da década de cinquenta na cidade industrial de Terni na Itália, quando diferentes culturas de aldeias vizinhas se movimentaram para Terni, pondo à prova antigos e tradicionais códigos e valores culturais urbanos (PORTELLI, 2003, p.47-63).

A própria “cidade flutuante” de Manaus, nesses termos, pode representar a mobilidade das relações humanas aludidas por Williams, ser um dos mais poderosos

exemplos das manifestações culturais interioranas aludidas por Mello e também expressar o complexo “*continuum*” que liga o urbano e o rural analisado por Portelli.

Se a cidadania, como apregoa o antropólogo Antonio Augusto Arantes, se vincula a um sentimento de pertencer a algo que nos localiza em um mapa social (ARANTES, 2000, p. 132-144) o “endereço” urbano que nos leva aos ribeirinhos amazônicos é o rio, o igarapé, o lago, o furo, o paraná, a várzea, o alagado.

É a este “mundo”, a esta coletividade que eles pertencem, transformam e são por ele transformados, movendo, levando, transitando com este mundo de culturas próprias por onde quer que andem. A “cidade flutuante” de Manaus também se justifica e se reconhece a partir dessas culturas peculiares e isso não tem nada de determinismo, exótico e/ou romântico como prega determinada historiografia.

Em meio as suas “tintas”, morar sobre as águas constitui uma prática que ora se adequa a uma explicação determinista natural/geográfica em que o homem, tal como uma árvore ou um rio, compõe uma paisagem natural dentro da qual não interage, apenas mimetiza-se instintivamente a ela; ora explica-se por um contingente de motivações econômicas em que as necessidades de moradias obrigam pessoas pobres a irem morar em flutuantes. Tanto em uma, quanto em outra, as explicações são processadas quase à parte das vontades humanas.

A explicação determinista natural/geográfica sobressaiu principalmente nos instantes iniciais dos flutuantes, antes de seu *boom* demográfico nos anos 50 e 60. Até então, moradias flutuantes costumavam ser referendadas como práticas bucólicas, inata do caboclo/ribeirinho em que se ressalta uma predisposição romantizada destes sujeitos sociais a irem morar, instintivamente, nas ribeiras e nos igarapés, onde poderiam dar vazão aos hábitos da pesca, da rede e do ócio.

Tal perspectiva pode ser flagrada em trabalhos importantes como os do geógrafo amazonense Moacyr Silva que em meados de 1943, quando palmilhava os rios da região, pintou um quadro natural amazônico em cujas tonalidades o homem local ajusta-se, conforma-se, rende-se aos espaços:

O homem amazônico que ainda não pode vencer a **lei determinista** permanece ao gosto do espaço, **mimetizado** principalmente as várzeas. Com seu profundo senso de acomodação geográfica o caboclo seleciona a foz dos igarapés, o ângulo das confluências, as margens mais bucólicas para ali levantar sua habitação, fazer **vida calma e sem ambições**, saqueando o rio para comer, dormindo **preguiçosamente** catorze horas por dia, dançando rezando nas ladainhas.

A maromba, as jangadas, a morada palafita, **o flutuante** representam elos dessa cadeia em que o homem se ajusta gostosamente (SILVA, 1943, p. 84, grifo nosso).

O sociólogo local, André Araújo, também deixou registrada a questão determinista na qual a moradia flutuante surge como um cenário do meio na medida em que: “A água impunha isso. Os animais, a floresta, os meios de condução, a casa de moradia, as **habitações flutuantes** (...) o sol, a terra caída”. E, mais adiante, sentencia o condicionante hídrico que define o rumo das vidas nos interiores amazônicos: “Os alagadiços, a várzea, o igapó, a canoa, **o flutuante**, a jangada, o remanso, a corredeira (...) o rendilho fluvial, toda a terra impera com o seu determinismo liquido sobre o individuo” (ARAÚJO, 1948, p. 43-44, grifo nosso).

Em 1956 quando a “cidade flutuante” vivenciava uma marcha crescente de moradias e serviços, Araújo também apreende estas mudanças à luz de outro determinismo, o econômico, percebendo as moradias flutuantes que “[...] crescem errantemente, de rio a rio [...]”, apenas como uma estratégia de “negócio (comercial) do chefe da casa”. O que se flagra em suas construções é a justaposição de uma e outra perspectiva. Assim, nas páginas seguintes, o autor volta a tecer considerações deterministas do meio sobre a vida amazônica:

Há um **sentido hídrico** na vida do homem amazônico, que sobrepuja ao sentido telúrico (...). Daí a vida amazônica ser toda dirigida no rumo das águas (...). O Caboclo tem **sentido inato da geografia das águas** de sua terra (...). Dá-lhe as estradas para as canoas, para as igarites, para as montarias, batelões, regatões, **flutuantes**, gaiolas, vaticanos, lanchas e motores (ARAÚJO, 1956, p.324 e 332-333, grifo nosso).

Estes reducionismos influenciariam o próprio trabalho pioneiro de Serra e Cruz nos anos sessenta. Estes, em síntese, mesmo pretendendo um levantamento de

informações quantitativas sobre a “cidade flutuante” (utilizadas para justificar sua demolição) deixaram explicações bastante influenciadas pelos fatores condicionantes do rio ou, como pouco conheciam a região, acabaram por adotar o discurso determinista dos intelectuais locais. O historiador amazonense Samuel Benchimol, prefaciador do livro de Serra e Cruz, em determinada passagem destaca o homem da região como apenas um “hidróbio” que chegando à capital procuraria instintivamente “o meio ambiente para se fixar nas casas palafitas nas beiras dos igarapés ou nas casas flutuantes” (SERRA e CRUZ, 1964, p.20).

André Araújo, anos mais tarde, verticalizando seus estudos sociológicos para Manaus, descreve os flutuantes como quase uma geração espontânea, como se fossem uma criação dos rios e igarapés da cidade e não dos homens. Em suas análises, aqui e ali os sujeitos ribeirinhos despontam, no entanto mais como fator secundário, um apêndice, mais uma criação dos flutuantes do que o contrário:

Neste aspecto de cultura em Manaus um ponto que não nos deve passar despercebido é o dos “flutuantes” que se multiplicavam nos nossos igarapés.

A paisagem social dos “flutuantes”, com os seus telhados oscilantes, era das mais originais. Em todas as margens dos igarapés estavam surgindo diversos “flutuantes”, que mercadejavam em tudo.

Famílias ali vivem, anos e anos, criam filhos, e não se apercebem de certas dificuldades e perigos; tem sua vida social, dali não saem.

Era um fenômeno que alarmava essas cidades fluviais; que cresciam pelos igarapés; que se esticavam e avançavam de rio adentro, com inúmeras casas flutuantes, onde havia um forte comércio, que compra e vende de tudo, onde famílias vivem e se desenvolve sobre a água.

É o flutuante, um dos aspectos da economia da água que dirige grande parte da vida amazônica. A enchente, a seca, o repique [retorno incomum das águas durante a vazante, quando ocorrem as grandes cheias], o inverno, a praia, o lago, a várzea comandam, em meia simbiose, a vida do povo.

O **flutuante de residência**, o **flutuante de comércio** tem sua característica própria, sua psicologia especial, sua feição de necessidade, seus motivos comerciais fáceis a certos negócios escuros.

Há, entretanto, ali também gente honesta, que trabalha, que luta com dignidade pela vida. (ARAÚJO, 1974, p.168, grifo nosso).

Não é nossa intenção desconsiderar o meio natural e nem tão pouco os fatores políticos e econômicos; o que não comungamos é da premissa que estes formam uma cultura à parte, pré-existente, como se “corressem” indiferentes ao homem amazônico pairando e atravessando natural e imperativamente as suas vidas. Inanimados, os sujeitos não interferem nem no meio e nem na história, apenas são ajustados por uma cultura condicionante alheia e independente de suas vontades que de fato, dentro dessa perspectiva, não existem.

Pelo contrário, quando homens e mulheres decidiram morar e trabalhar sobre as águas de Manaus, fundando a “cidade flutuante”, uma confluência de fatores políticos, econômicos e experiências culturais acumuladas de morar próximo aos rios, concorreram para isso, mas o fizeram igualmente por acreditar e depositar naqueles espaços suas esperanças por melhores dias, conferindo assim, novos traços à frente, ao rosto de Manaus, seu portão de entrada para o mundo, a partir do qual os moradores da “cidade flutuante” recriaram territórios próprios, mas, sobretudo reivindicaram seu direito à cidade e a cidadania.

Finalmente, retomo o entrevistado Renato Chamma que nenhuma afeição guarda pela “cidade flutuante” da qual, na condição de tradicional comerciante e morador do Centro, fora vizinho.

Apesar do laconismo e impaciência do velho comerciante, consegui “arrancar” algumas lembranças da “cidade flutuante” e da Manaus de outrora, traços de “duas cidades” que não existem mais, a não ser nas lembranças de quem as sentiram e as reconheceram:

[...] eu morei na rua Barão de São Domingos nº 47, não existia a cidade flutuante, só lanchas que vinham do interior e ficavam no barranco, quando secava tinha praia, então os ribeirinhos traziam mercadoria pra vender frutas, legumes, tudo, melancia, tudo que era de fruta, tudo. Eu tenho uma fotografia aí na beira quando era porto de lenha, tinha dois vendedores de lenha aí: seu Rodrigues e o Lampião, quando tinha fogueira, a gente fazia, a gente tirava as lenhas dele, fazia fogueira, eles tinham que ficar de vigia. Sim, mas aí eu acho que 1945, eu me mudei da Barão de São Domingos pra rua dos Barês, foi aí que eu não sei exato o ano, mas deve

ser 1950, 50, 51, começou a formar a cidade flutuante. Tinha o Clube Amazonense de Regata, a gente jogava muito futebol (...) bem aqui na antiga [avenida] Joaquim Nabuco, tiraram tudo, tiraram tudo! Mas antes deu um temporal, desabou e quebrou tudo, todos os barcos. E aí eu acho que o flutuante começou assim em 1951, 52, 53 (...) depois foi aumentando, aumentando, aumentando, como uma praga, aí já tinha flutuante, já tinha até telefone, luz tinha, pagavam e esticavam, iam esticando, ia secando o rio, o fio ia esticando, tinha telefone rapaz! (Entrevista, Manaus, 03/08/2005).

## Referências bibliográficas

ARANTES, Antonio Augusto. *Paisagens Paulistas: transformações do espaço público*. Campinas: UNICAMP, 2000.

ARAÚJO, André Vidal de. Aspectos Géó-Sociológicos da Amazônia. *Boletim da ACA* (Associação Comercial do Amazonas). Manaus, nº 88, nov.1948.

\_\_\_\_\_. *Introdução á sociologia da Amazônia*. Manaus: Governo do Estado, 1956.

CHOAY, Françoise. *O Urbanismo: utopias e realidades, uma antologia*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

FENELON, Déa. (Org.). *Cidades. Pesquisa em História*. São Paulo: Olho D' Água, 1999.

LEDROUT, Raymond. *Sociologia Urbana*. Rio de Janeiro: Forense, 1971.

LEFEBVRE, Henri. *De Lo Rural A Lo Urbano*. Barcelona: Gráficas Román S.A., 1973.

\_\_\_\_\_. *O Direito à Cidade*. 1ª ed. São Paulo: Moraes, 1991.

LENZ, Matias M. et al. Os Flutuantes de Manaus. *Revista da CODEAMA*. Manaus, nº 2, p. 02-314, Jun. 1966.

MELLO, Thiago de. *Manaus: amor e memória*. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1984.

MOURA, Rosa e ULTRAMARI, Clóvis. *O que é periferia urbana*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

MUNFORD, Lewis. *A cidade na história, suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

PORTELLI, Alessandro. Dividindo o mundo: o som e o espaço na transição cultural. *Projeto História*. São Paulo, n. 26, p. 47-64, jun. 2003.

REIS, Arhur Cezar Ferreira. *Plano de Desenvolvimento Econômico e Social*. Manaus: Gráfica do Amazonas, 1965-1966.

ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

RONCAYOLO, Marcel. *Cidade*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1986.

SALAZAR, João Pinheiro. *O Abrigo dos deserdados*: estudo sobre a remoção dos moradores da Cidade Flutuante e os reflexos da Zona Franca na habitação da população de baixa renda em Manaus. Dissertação de Mestrado em História. São Paulo: USP, 1985.

SANTOS, Milton. *A Cidade Nos Países Subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

\_\_\_\_\_. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: EDUSP, 2006.

\_\_\_\_\_. *Espaço e Sociedade*: ensaios. Petrópolis: Vozes, 1982.

SERRA, Celso Luis Rocha e CRUZ, Wilson Rodrigues da. *Aspectos econômicos e sociais da Cidade Flutuante*. Manaus: Gráfica Amazonas, 1964.



SILVA, Moacir M. F. Tentativa de Classificação das Cidades Brasileiras. *Revista Brasileira de Geografia*. São Paulo, n. 3, p. 283-315, 1946.

SILVA, M. P E. *Sobre uma geografia social da Amazônia*. Manaus: DEIP, 1943.

SOUZA, Leno José Barata. *Cidade Flutuante: uma Manaus sobre as águas, (1920-1967)*. Tese de Doutorado. São Paulo: PUC, 2010.

\_\_\_\_\_. *Vivência Popular Na Imprensa Amazonense: Manaus da borracha, 1908-1917*. Dissertação de Mestrado em História. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005.

WILLIAMS, Raymond. *O Campo e a Cidade: na História e na Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

\_\_\_\_\_. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.